

# O LUGAR DA FEIRA LIVRE NA GRANDE CIDADE CAPITALISTA: RIO DE JANEIRO, 1964-1989\*

*Gilmar Mascarenhas de Jesus\*\**

## INTRODUÇÃO

A feira livre consiste em modalidade periódica de comércio varejista amplamente dispersa pela cidade do Rio de Janeiro, desempenhando importante papel no abastecimento urbano, sobretudo no setor alimentar. De sua relevância e magnitude pretendemos falar antes de adentrar pelos aspectos trabalhados neste artigo.

Dos bairros de elite da Zona Sul aos mais longínquos subúrbios da Zona Oeste, a feira livre encontra-se indiscutivelmente integrada ao cotidiano da vida social carioca. Segundo informações do Departamento de Feiras Livres, órgão da Secretaria Municipal de Fazenda encarregado de administrar as feiras da cidade, existiam, em 1989, nada menos que 206 feiras livres funcionando nos mais diversos pontos da malha urbana, numa média de 30 feiras diárias. A dimensão desta tradicional

atividade no abastecimento alimentar da cidade pode ser avaliada pelo parecer do referido órgão competente: ela é responsável pela distribuição da maior parte dos hortigranjeiros, frutas e pescado consumidos diariamente pela população carioca, superando nestes setores todas as demais formas de varejo somadas: supermercados, quitandas, peixarias, hortomercados, etc.

Além de seu surpreendente desempenho no abastecimento, a feira livre se destaca também pela grande quantidade de empregos que gera, absorvendo significativa parcela da mão-de-obra desqualificada que vaga na maré inconstante do subemprego. São 15 mil feirantes matriculados na municipalidade, e outra quantidade provavelmente semelhante de clandestinos. Considerando-se que a feira livre demanda toda uma rede de apoio envolvendo vários serviços como frete, transporte e aluguel das barracas, vendedores ambulantes de giz, saco plástico, alimentos, além dos fiscais da municipalidade, pode-

\* Recebido para publicação em 16 de julho de 1991.

O artigo é um resumo da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia, defendida em abril de 1991 e intitulada "O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989)", sob orientação do Prof. Roberto Lobato A. Correa.

\*\* Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do 2º grau da rede pública estadual.

mos dimensionar razoavelmente o grande contingente que sobrevive direta ou indiretamente desta atividade.

Os dados que acabamos de apresentar denunciam os contornos de uma ampla teia de relações que sustenta e emana das feiras cariocas, num diversificado conjunto de ocupações, fluxos e mercadorias. De forma não muito diferente, o quadro se repete pelo Brasil urbano, pois um informal levantamento preliminar indica-nos que a feira livre está presente em praticamente todas as cidades brasileiras com mais de 250 mil habitantes<sup>1</sup>, desaparecendo progressivamente conforme nos dirigimos aos centros de menor porte.

A ubiqüidade de nosso objeto de estudo emerge francamente quando se verifica estar diante de um fenômeno universal, que se espalha no tempo e no espaço. Largamente difundido no Brasil e em todos os continentes, perpassando diversos níveis de desenvolvimento socioeconômico, como registra a literatura sobre os mercados periódicos, a feira nos remete à sua origem certamente remota, que “desaparece no ignoto de um passado distante” (Costa, 1950, p.32).

As feiras também se fazem presentes em nosso passado colonial, como uma importante tradição cultural ibérica implantada pelo elemento colonizador. Muito famosas as feiras medievais portuguesas, cuja periodicidade poderia ser até semestral ou anual, dada a intensa e cuidadosa preparação que exigiam. No Brasil, as tradicionais feiras de gado contribuíram no século passado para a formação de núcleos de povoamento que posteriormente se transformaram em centros urbanos de grande dinamismo, sobretudo no interior paulista e nordestino. Também merecem destaque as até hoje existentes feiras regionais nordestinas, um grande evento econômico e cultural.

O fato de ser a feira livre uma atividade economicamente expressiva, considerando-se sua atual extensão, não significa que esta venha cumprindo uma trajetória tranqüila e gloriosa na cidade do Rio de Janeiro. O período que estudamos, que se estende entre 1964 e 1989, contém momentos de forte pressão exercida por poderosos grupos econômicos no sentido de reduzir ou mesmo extinguir as feiras livres.

A partir de meados da década de 50, o Brasil acelerou sua industrialização através de uma nova inserção do País na divisão internacional do trabalho. O crescimento urbano atingiu níveis inéditos, principalmente na Região Sudeste, modificando inteiramente a fisionomia urbana do País. A brutal expansão do tráfego rodoviário intra-urbano fez o automóvel monopolizar a via pública, e dela extinguir paulatinamente as atividades comunitárias tradicionais como o carnaval de rua, a convivência vicinal, o folguedo das crianças, os serenos passeios e outras formas de lazer e trabalho, dentre elas a feira livre.

No mesmo período, e beneficiando-se do aumento repentino da mobilidade espacial da classe média (via automóvel), surgem os supermercados, um grande adversário para as feiras no varejo da cidade. Adaptados ao moderno sistema urbano, desfrutando de prestígio e apoio governamental, os supermercados se expandem rapidamente, formando extensas redes que atuam a nível nacional e até internacional, a exemplo do Grupo Pão de Açúcar, que já em 1974 possuía quase 100 estabelecimentos, atuando também em Portugal, Espanha e Angola, formando uma poderosa cadeia internacional.

Nosso objetivo é exatamente entender como a feira livre resistiu diante das pressões sofridas. Que estratégias funcionais e locais teve de utilizar para garantir seu lugar na grande cidade contemporânea? Em outras palavras, como se deu seu processo de adaptação às novas condições engendradas pela natureza de nosso crescimento urbano-industrial? Estamos diante de um fato: nos últimos 25 anos, a feira livre carioca percorreu uma confusa - e em certos casos dramática - trajetória espaço-temporal, resistindo às forças adversas da onda modernizante. Mudou sua geografia na cidade, reestruturou-se internamente, passando a assumir novas funções. Com sua versatilidade, própria das atividades do circuito inferior, se adaptou ao novo contexto e persiste com uma vitalidade impressionante.

Acreditamos que esta pesquisa traz contribuições em duas frentes distintas. Uma se refere ao próprio tema, literalmente desprezado pelos geógrafos, sobretudo nas duas últimas décadas, não obstante sua importância na vida urbana, tal como procuramos salien-

<sup>1</sup> Desta lista obviamente se exclui Brasília, a ser comentada no item "OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA" desta dissertação.

tar. Uma nova pesquisa sobre o assunto não vem apenas informar sobre algo ausente em estudos recentes da Geografia Urbana, mas principalmente colocá-lo sobre novo patamar de reflexão, já que os estudos existentes baseiam-se em fundamentos teóricos diferentes dos que utilizamos. Em síntese, acreditamos estar contribuindo para redefinir a feira livre e sua inserção no cotidiano da grande cidade capitalista contemporânea.

A outra contribuição que alvejamos se refere à própria Geografia em sua dinâmica evolução. A Geografia brasileira vivenciou nos últimos 15 anos um processo de reestruturação de suas bases epistemológicas. Considerada por alguns como o último reduto do positivismo nas Ciências Sociais, a Geografia mergulhou em profundo debate interno que ainda não terminou, mas que desde o início orientou as pesquisas para a vertente do materialismo histórico<sup>2</sup>.

Além de novas luzes para a análise espacial, a Geografia estabeleceu novas frentes temáticas, inaugurando campos de investigação já bastante familiares à Sociologia e à Ciência Política: os movimentos e conflitos sociais; a expansão do capitalismo e o padrão espacial das atividades dominantes; as desigualdades socioespaciais; o socialismo e as perspectivas de transformação estrutural da sociedade.

Neste universo temático a feira livre aparece como algo insignificante, perdido no cotidiano alienado das massas, longe das geopolíticas e das lutas revolucionárias. A feira livre não se encaixa na temática privilegiada por uma ciência politicamente engajada na transformação social, resultando daí as lacunas bibliográficas já brevemente referidas.

A adoção de uma perspectiva holística não foi bem assimilada, sofrendo deturpações posteriormente criticadas. A busca exclusiva de macroestruturas, desprezando a microescala, o lugar e o cotidiano conferiram sérias limitações de abordagem, pois neste tipo de explicação "cabe tudo mas não sobra lugar para nada fora da simplicidade das lógicas determinadas"<sup>3</sup>. A Geografia contemporânea, aliada ao conjunto das Ciências Sociais, busca o resgate da escala local dos fenômenos, pondo em relevância o cotidiano, as micropo-

líticas, e a sociabilidade em esferas fragmentadas no multifacetado tecido urbano hodierno. Várias iniciativas acadêmicas vêm sendo tomadas neste sentido, e acreditamos que também a nossa se inscreva neste movimento, ainda que com as limitações metodológicas que comentamos anteriormente. Trata-se de um importante desejo de arejar o debate teórico, colocando a Geografia em consonância com as questões atuais.

Nossas investigações sobre a feira livre carioca e suas transformações recentes respaldam-se em grande parte na contribuição teórica de Milton Santos acerca dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Por esta razão, iniciamos o texto com um breve comentário acerca desta e outras teorizações afins. A seguir, oferecemos sumariamente elementos históricos relativos à feira livre e à problemática geral do abastecimento. Mais adiante, apresentamos a conflituosa relação entre feiras livres e supermercados, para depois analisar as mudanças sofridas por aquelas a partir do duelo travado no espaço intra-urbano. Na conclusão, algumas considerações gerais e uma breve listagem dos chamados elementos de persistência, aqueles que justificam e balizam a sobrevivência das feiras livres na grande cidade contemporânea.

## OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

A teoria dos dois circuitos da economia urbana oferece-nos elementos significativos para se compreender a coexistência de formas e processos espaciais contrastantes e aparentemente contraditórios nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos. Enquanto proposição metodológica, insere-se num amplo conjunto de esforços empreendido por geógrafos, economistas, historiadores e outros, no sentido de compreender melhor um dramático e acelerado processo de urbanização que se verifica no Terceiro Mundo nesta segunda metade de século.

O processo de industrialização, que se verifica a partir dos anos 50 em determinados

<sup>2</sup> Sobre o movimento de transformação radical na Geografia a nível internacional, ver duas obras que se tornaram importantes marcos desta mudança: Milton Santos, *Por Uma Geografia Nova*, São Paulo, Hucitec, 1979, e David Harvey, *A Justiça Social e a Cidade*, São Paulo, Hucitec, 1980 (trad. do original de 1973).

<sup>3</sup> Santos, Carlos Nelson. *Movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*, 1977, p.20.

países subdesenvolvidos, engendra um modelo específico de crescimento urbano-industrial voltado para o exterior, isto é, para necessidades, muitas vezes conjunturais, do capitalismo central. Sob o rótulo de “modernização”, a penetração maciça de capitais estrangeiros vem acentuar as desigualdades já existentes, modificando profundamente a fisionomia urbana destes países, ao compasso de um acelerado crescimento.

*“Os espaços dos países subdesenvolvidos (...) não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação (...) as forças de modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e seus efeitos (...) Essa seletividade do espaço ao nível econômico, assim como social, é, ao nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial”. (Santos, 1977, p.15)*

Milton Santos se refere à natureza das modificações que acabamos de discutir tomando-as como um processo de modernização incompleta, que somente se implanta nos pontos e situações que interessam ao grande capital, gerando um espaço “descontínuo”. Diante dos contrastes que dão o tom do espetáculo imperialista em palcos tropicais, edificaram-se debates e teorizações, na tentativa de explicar a marginalidade e pobreza urbana. Dentre estes, emerge a obra de Milton Santos, geradora de várias pesquisas aplicadas, como esta que ora realizamos sobre as feiras livres<sup>4</sup>.

Examinando as diferenças entre feira livre e supermercado, percebemos que estes se distinguem em muitos aspectos, e que grande parte destes está contemplada no quadro ilustrativo de Santos, elaborado para expor de maneira didática e sumária as principais diferenças entre os dois circuitos (quadro a seguir).

É óbvio que o mero exame do quadro ilustrativo não é suficiente para admitir que uma determinada atividade pertença a um ou outro circuito. Faz-se necessário conhecer as formulações teóricas subjacentes à diferenciação formal entre os dois circuitos.

Avaliando-se o comportamento e a natureza da feira livre carioca a partir dos elementos contidos no referido quadro, percebemos que esta se encaixa no circuito inferior, destoando apenas em dois itens: *organização* e *estoques*.

**QUADRO  
CARACTERÍSTICAS DOS DOIS  
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA  
DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS**

CARACTERÍSTICAS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	fixo (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor ( <i>haggling</i> )
Crédito	bancário institucional	pessoal não institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	direta, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	freqüente
<i>Overhead</i> capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula e quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

FONTE - SANTOS. op. cit., 1977.

<sup>4</sup> A obra de Santos é internacionalmente conhecida. A publicação original desta teoria, elaborada a partir de debates com pesquisadores afins como Bernard Kaiser e T. G. McGee, foi feita em língua francesa, no início dos anos 70. Um exemplo de aplicação desta teoria no caso do abastecimento e relação cidade-campo encontramos em Logan e Missen (1977).

No que se refere à organização, atribui-se ao circuito inferior um estágio ainda primitivo em comparação ao circuito superior. Em nosso caso, esta afirmação não corresponde totalmente à realidade, pois vimos que a atividade que estudamos está, em princípio, submetida à fiscalização do poder público, sendo por ele gerida. Por outro lado, o feirante administra sua barraca de maneira informal, não registrando sua contabilidade, contratando ajudantes sem carteira assinada e utilizando serviços de apoio próprios do circuito inferior.

No que diz respeito à qualidade dos estoques, também não podemos concordar plenamente que ao circuito inferior cabe operar com produtos e serviços de qualidade inferior. A feira livre carioca tem como característica a oferta de produtos frescos que lhe garantem a clientela junto à classe média. No entanto, considerando-se que o "freguês" fica exposto às intempéries, sujeira, possibilidade de furtos e outros elementos indesejáveis quando vai à feira, poderemos admitir que esta oferece, no plano geral, um serviço de qualidade inferior ao grande supermercado.

As ressalvas que acabamos de fazer em relação à inserção da feira livre no circuito inferior, acreditamos, em nada compromete tal operação. A ciência elabora modelos teóricos que não necessariamente estarão em perfeita adequação à complexidade do chamado mundo real. Trata-se de uma generalização abstrata que desenha a forma pura nunca encontrada em sua plenitude na realidade concreta, e que devemos lapidar e adequar ao real.

## A Razão Dualista

O já muito discutido crescimento desigual do sistema capitalista constitui a base da estruturação dualista do espaço em suas várias escalas. A questão está presente em famosos clássicos do pensamento dialético como Lenin, Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky. No entanto, a dimensão e a gênese das desigualdades espaciais nem sempre foram tomadas como elemento constituinte ou resultante da maneira como funciona o modo de produção capitalista, e da forma específica e localizada como este se traduz historicamente em formas espaciais concretas.

Para alguns autores, a existência de contrastes que determinam na paisagem a convivência de formas modernas e arcaicas foi encarada como uma questão basicamente

cultural. Nesta linha de abordagem, haveria diferentes espaços vivendo em tempos diferentes, devido à capacidade também diferenciada dos diversos grupos sociais em assimilar a inovação e conseqüentemente modernizar suas estruturas de produção e consumo. Examinaremos brevemente o conteúdo de um clássico do pensamento dualista, elucidando alguns elementos fundamentais desta ótica, sobre a qual várias críticas ulteriores alicerçaram a teoria de Milton Santos.

"Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida (...) Estas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase. Não estão separadas por uma diferença de natureza mas por idade (...) por vários séculos". (Lambert, 1971, p.101-103)

Na opinião do autor, as diferenças existentes no País refletem ritmos locais diferenciados de evolução. Nesta perspectiva, lugares e regiões caminham isoladamente, cada uma em seu compasso evolutivo, rumo ao desenvolvimento. Trabalha com a noção de evolução linear e universal para todos os espaços, não considerando a articulação entre estes. Trata-se de uma ótica diametralmente oposta à do desenvolvimento desigual e combinado, que veremos mais adiante.

## Críticas ao Dualismo

Segundo Santos (1979, p.24), a teoria do dualismo foi criada antes da Segunda Guerra Mundial e aplicada inicialmente na Indonésia, em condições históricas específicas que não convém generalizar para o Terceiro Mundo atualmente.

Francisco de Oliveira, um dos maiores críticos do pensamento dualista no Brasil, elaborou vários trabalhos de grande repercussão, enfatizando principalmente a estreita interdependência entre o que Lambert chama de moderno e atrasado.

*"O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação próprio da expansão do capitalismo no Brasil nos anos pós-trinta. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, e produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós anos trinta, que da existência de setores 'atrasado' e 'moderno'".<sup>5</sup>*

O fenômeno da marginalidade urbana se expressa sobretudo na expansão do chamado setor terciário da economia, que abrange

<sup>5</sup> Oliveira, Francisco de, 1977, p.28. O autor ataca a abordagem cepalina (da CEPAL, órgão de apoio econômico para a América Latina, ligado à ONU), acusando-a de adotar a filiação teórica marginalista, neoclássica e keynesiana, que muito contribuiu para que o Estado planejador emergisse no Brasil pós-64 dotado de uma ótica dualista e desenvolvimentista.

o comércio e a prestação de serviços. A análise empírico-formal deste fenômeno nas cidades do Terceiro Mundo sugere a existência de um "terciário inchado", por este apresentar muitos empregos e baixa produtividade. Em outras palavras, envolve grande percentual da população ativa sem que apresente igual expressão na formação do produto interno bruto. Francisco de Oliveira (1977, p.84-85) discorda radicalmente da noção de terciário inchado, acusando-a de ser fruto de procedimento teórico equivocado, que tenta aplicar ao Terceiro Mundo modelos de desenvolvimento próprios do capitalismo central. Em síntese, para a capitalização intensa dos setores industriais relacionados à dependência estrangeira, faz-se necessário o crescimento não-capitalístico do setor terciário nos países subdesenvolvidos.

A preocupação de Oliveira é compartilhada por Santos: ambos pretendem entender a existência dos setores "marginais" a partir da análise de nossa formação histórica e social, nela balizando a especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos. Em linhas gerais, um processo de industrialização acelerado, porém incompleto, voltado para o exterior, gerando grandes distorções internas, que se manifestam, ou se resolvem, enquanto circuitos diferenciados de produção, circulação e consumo.

Basicamente, o circuito inferior emerge da incapacidade do sistema capitalista em oferecer o pleno emprego, o que entraria em contradição com os princípios da economia de mercado. Os desempregados recorrem assim a expedientes diversos e improvisados, resultando daí o grau primário de organização e o baixo grau tecnológico das atividades deste setor.

Outro fator importante a viabilizar atividades informais é o fato de que o circuito superior tende a operar apenas onde existam condições mínimas de rentabilidade, pois sua implantação decorre de determinado volume de investimento inicial e razoáveis despesas de manutenção da atividade. Já o circuito inferior admite operar com rentabilidade menor, atuando nas áreas periféricas e em situa-

ções adversas. Vide o "camelô" e, em muitos casos, a própria feira livre carioca. Segundo Santos (1979, p.206) a modernização não acarreta necessariamente o desaparecimento da atividade informal quando esta se submete à concorrência com o circuito superior. Esta pode subsistir graças às suas condições próprias de funcionamento.

## BREVE HISTÓRICO

Até o início do Século XIX, talvez não se possa falar na existência de um sistema de abastecimento propriamente dito, dado não apenas o reduzido tamanho da cidade, mas também as limitações de sua dieta alimentar e o hábito de cultivar nos quintais e criar pequenos animais pelas ruas (porcos, galinhas, etc.). Desta forma, os cidadãos pouco dependiam dos escravos quitandeiros que percorriam a cidade ou assentavam tabuleiros para vender legumes, hortaliças e frutas. Linhares (1979, vol. 1, p.159) adverte que havia poucos e muito precários caminhos que ligavam o porto ao interior, como decorrência da política colonial de controlar severamente os fluxos e assim coibir o contrabando de ouro e diamantes de Minas Gerais.

A partir de 1808, com a chegada da Família Real, novos hábitos alimentares se implantam na cidade, aumentando e diversificando sensivelmente a demanda por abastecimento regular de gêneros alimentícios. Diante de uma rígida e inerte estrutura fundiária, e toda a precariedade do sistema viário de então, o abastecimento realiza-se de forma um tanto ineficiente, vivendo uma crise crônica que se estende até o início do século seguinte<sup>6</sup>.

A partir de meados do século passado, o Rio de Janeiro passa a viver um acelerado crescimento físico e populacional, impulsionado por uma série de fatores<sup>7</sup>. A expansão da mancha urbana em direção aos atuais subúrbios foi paulatinamente modificando o uso do solo nas freguesias rurais, com arruamentos substituindo chácaras e estábulos. Desde então, até os dias atuais, o que se

<sup>6</sup> Linhares, op. cit., p.159. Segundo a autora, várias leis foram criadas para garantir o abastecimento da Corte, tornando obrigatório por exemplo o cultivo de mandioca em solos mais fracos nos canaviais fluminenses. Raramente porém eram aplicadas, pela corrupção geral do sistema colonial. Ser fiscal de abastecimento era visto como um meio de enriquecimento rápido (p.87), através de propinas. A crise crônica a que se refere a autora termina ao final da Primeira Guerra Mundial, quando medidas radicais são tomadas, conforme veremos mais adiante.

<sup>7</sup> Ver Abreu, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.* Segundo Delgado de Carvalho (*História da Cidade do Rio de Janeiro*, Biblioteca Carioca, v.6, 1988, p. 86), até o fim do século passado ainda havia chácaras em pleno centro atual da cidade, porém com os dias contados em face da intensa urbanização.

verifica é um contínuo processo de migração do cinturão verde da cidade, expulso pela especulação imobiliária. Após vencer os terrenos pantanosos da Baixada Fluminense e as íngremes escarpas da Serra do Mar, parte deste cinturão se estabeleceu em caráter permanente na região serrana, que ainda hoje abastece parcialmente a cidade em produtos hortícolas. A outra parte, referente a cítricos, frutas e legumes em geral, migrou para áreas distantes, localizando-se hoje em sua maioria no Estado de São Paulo.

O processo que acabamos de sumariar consiste basicamente num aumento de distâncias entre o produtor e o consumidor de alimentos, e tem fortes efeitos sobre a feira livre, como veremos a seguir.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os países beligerantes naturalmente necessitavam de maior quantidade de produtos importados, atraindo assim os esforços de produtores brasileiros, que então desguarneceram o já sofrido mercado interno (Linhares, 1979, v.1, p.30). Havia na época grande mobilização da classe trabalhadora, motivada sobretudo pelos ideais anarquistas, gerando intensa revolta contra a carestia dos alimentos. Não é por acaso que, entre 1914 e 1916, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, são oficializadas feiras livres durante todos os dias da semana<sup>8</sup>. A intensão desta medida é facilitar ao pequeno produtor da periferia urbana o escoamento de sua produção, colocando-o diretamente em contato com o consumidor. A este produtor é garantido licença gratuita nas recém-criadas feiras livres. Por outro lado, a criação da feira livre representa a culminância de um longo e acirrado processo de disciplinarização da vida urbana, banindo da via pública usos considerados sujos, como o comércio ambulante de víveres.

Lima Barreto (1953, p.11-12), escritor de reconhecida e aguçada crítica à sociedade de sua época, assim se pronunciou naquele momento, elogiando as feiras li-

vres e repudiando o Estado coletor de impostos.

*“O princípio da feira livre é profundamente socialista: ela visa eliminar o intermediário entre o produtor e o consumidor mas, para os sábios iniciadores, o intermediário é só o varejista, escorchado de impostos, coisa que não acontece com a feira, que quase não paga nada de emolumentos ao governo”.*

Nas primeiras décadas deste século, quando a feira livre prestou “relevantes serviços à alimentação pública da capital do País”,<sup>9</sup> era comum a figura do chacareiro chegando ao local da feira antes do amanhecer, trazendo em carroças de tração animal as mercadorias frescas para expor ao consumidor, de acordo com rigorosas normas de higiene pública, e a preços convidativos.

O decorrer do processo histórico se incumbiu de demonstrar que este modelo frugal de abastecimento estava com os dias contados. Em poucas décadas, o Município do Rio de Janeiro passou por grande transformação, na qual as lavouras são substituídas por loteamentos, ao mesmo tempo em que persistem milhares de lotes vazios no interior da mancha urbana. Trata-se de um processo de urbanização capitalista que não cabe aqui esmiuçar, mas apenas frisar que desmantelou o cinturão verde existente e toda uma rede de abastecimento.<sup>10</sup>

## A FEIRA LIVRE E OS SUPERMERCADOS

### Gênese e Expansão dos Supermercados

Segundo Pintaudi (1981), a Grande Depressão de 1929 vivida pelos norte-americanos e com efeitos danosos sobre a economia de todo o Ocidente corresponde ao marco inicial dos supermercados. A forte recessão econômica transformou radicalmente a próspera paisagem urbana do já

<sup>8</sup> O Decreto 997, de 13/10/1904, institui “feiras ou mercados livres” aos domingos e feriados, demonstrando seu caráter experimental. Em 1916, o Decreto 1.752 estabelece que as feiras funcionarão diariamente. Segundo Abreu (1987, p.83) e Delgado de Carvalho (1988, p.100), havia na administração municipal do período (gestão do Prefeito Amaro Cavalcante) forte preocupação em melhorar a qualidade das estradas que demandavam às freguesias rurais e suburbanas, para amenizar a crise de abastecimento através do escoamento facilitado da produção agrícola do Distrito Federal.

<sup>9</sup> Silva, Antonio C. Feiras Livres no Distrito Federal - hábitos e costumes populares, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1936, p.10. O autor salienta a intensa fiscalização sanitária sobre os feirantes.

<sup>10</sup> Em situação excepcional estão os terrenos pertencentes à Light e que se situam sob os fios de alta tensão, área não edificante. Estes terrenos são geralmente arrendados para culturas temporárias, que basicamente escoam através da feira livre.

então poderoso e complexo parque industrial do nordeste dos EUA, que passou a apresentar vários galpões, fábricas e armazéns abandonados. Aproveitando-se da conjuntura de baixo nível geral de rendimentos da maioria da população, alguns capitalistas passaram a utilizar os referidos espaços abandonados para amontoar alimentos e oferecê-los a preços acessíveis. Tal operação foi viabilizada pelo reduzido custo do empreendimento: supressão total de qualquer serviço à freguesia, uso de local desvalorizado conjunturalmente e simplificação extrema do processo de venda, através do auto-serviço. Semelhante processo foi verificado na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Estava lançada a semente dos modernos supermercados.

Aproveitando-se criativamente de uma situação adversa, o capitalismo descobriu nova forma de acumulação. Em 1934, havia nos EUA 94 estabelecimentos varejistas de auto-serviço. Dois anos mais tarde, elevava-se o número para 1 200, demonstrando o grande sucesso do novo empreendimento (Pintaudi, 1981, p.27).

Passada a conjuntura recessiva, as chamadas “lojas populares” foram perdendo sua concepção original e transformando-se gradativamente em novidade de varejo para a classe média dos países desenvolvidos. Passam a ocupar instalações amplas e espaçosas, a apresentar produtos estandardizados e a oferecer cortesias como carrinho e sacolas. Assumem então uma forma muito semelhante à que encontramos atualmente no Brasil. Diversifica-se a linha de produtos comercializados e aperfeiçoam-se técnicas de venda e publicidade, para satisfazer a demanda da nova clientela, bem mais exigente que a inicial (Pintaudi, 1981, p.27).

O primeiro supermercado brasileiro surge em São Paulo, em 1953. O segundo aparece no ano seguinte, também em São Paulo, e apresentando tal qual o primeiro, que se denominava “Sirva-se”, um nome bastante sugestivo: Peg-Pag. Ao consumidor basta pegar e pagar, sem precisar abrir a boca para falar qualquer coisa. É a era da impessoalidade.

No Rio de Janeiro, a aceleração do crescimento dos supermercados se dá a partir de 1969,<sup>11</sup> enquanto em São Paulo o *boom* se inicia em 1963, segundo dados encontrados por Pintaudi (1981, p.84). Em 1972, já se

verificam grandes redes atuando principalmente nas áreas privilegiadas, mantendo no subúrbio mercearias pertencentes a estas mesmas redes, à espera do momento adequado para transformá-las em sistema de auto-serviço.

As Casas Sendas possuíam na época 20 unidades, metade na Baixada Fluminense, operando ainda como mercearias. As Casas da Banha somente passaram a utilizar o sistema de auto-serviço, a partir de 1970. A rede Mar e Terra contava com 27 filiais, sendo que outras nove estavam em construção, num vertiginoso processo de expansão. A rede Peg-Pag contava com 11 lojas no Rio de Janeiro e 25 em São Paulo, que sediava a matriz. A rede Mercearias Nacionais contava com 18 supermercados, sendo quatro fora do Estado do Rio de Janeiro, em Juiz de Fora e Belo Horizonte. Na Zona Norte da cidade, a mesma rede mantinha 17 mercearias. A rede Disco (Distribuidora de Comestíveis S/A) reunia 38 filiais, 80% delas na Zona Sul carioca, seguindo o padrão locacional dominante na época.

Verifica-se que o processo de expansão dos supermercados se dá em moldes capitalistas, através da formação de poderosos oligopólios a comandar redes que extrapolam os domínios físicos da cidade. Percebe-se que a maioria dos proprietários destas redes começaram com pequenas mercearias, já formando filiais. A família Velloso, portuguesa, proprietária da rede Casas da Banha, já em 1955 possuía várias mercearias, inclusive uma na Avenida Rio Branco. De certa forma, antes do advento dos supermercados já se verificava a existência de algumas redes varejistas, sob a forma de mercearias.

A década de 70 assiste ao surgimento dos chamados hipermercados, também copiados do modelo americano. Dotados de grande área de estacionamento, diversificada linha de produtos (inclusive brinquedos e autopeças) e desfrutando de amplas instalações, estes novos estabelecimentos destinam-se a uma classe média detentora de veículo próprio, disposta a andar alguns quilômetros a mais para obter vantagens de preço, conforto e sobretudo poder adquirir grande quantidade de produtos em um único estabelecimento. Para os empresários, existe a alternativa vantajosa de recorrer a locais distantes, de baixo

<sup>11</sup> “Supermercados ocupam área de 34 Maracanãs e ditam hábitos de consumo e comportamento” (*Jornal do Brasil*, RJ, 10/12/1972).



custo imobiliário, cujo acesso se torna facilitado pela criação de grandes vias de tráfego rápido, financiadas pelo Estado, em detrimento de setores sociais básicos como educação e saúde<sup>12</sup>. Como exemplo, podemos citar o Porcão da Penha, na Avenida Brasil, primeiro hipermercado da cidade, construído em 1972 e pertencente à rede Casas da Banha.

A recessão econômica dos anos 80 reduziu o ímpeto de expansão dos supermercados. Ainda assim, cabe destacar, em 1989, a presença marcante de três hipermercados na Barra da Tijuca: Carrefour, Freeway e Paes Mendonça, este último inaugurado em dezembro daquele ano. Diariamente, 40 mil pessoas, provenientes até mesmo de cidades situadas a mais de 100 km, passam por esta “trinca de gigantes”, comprando, por exemplo, 44 toneladas diárias de carne, volume suficiente para abastecer por mês uma cidade de 44 mil habitantes<sup>13</sup>.

Para termos uma vaga idéia do alcance dos supermercados no Brasil contemporâneo, podemos citar alguns dados extraídos do artigo “Poder em Exibição” (Revista *Veja*, ano 22, nº 49, de 13/12/1989, p.114-16): a fatia dos supermercados no mercado de venda de alimentos no Brasil é de 78,2%. Empregam mais de meio milhão de pessoas em 32 mil lojas espalhadas pelo País. A indústria automobilística, com toda a sua pujança, fatura anualmente apenas 2/3 do que faturam os supermercados. O Pão de Açúcar é a nona maior empresa do Brasil. E o negócio continua em plena expansão: segundo a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS -, os supermercados crescem a uma taxa de 15% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce apenas 5% ao ano.

## O Conflito no Plano Jurídico-Político

Pretendemos trabalhar a esfera jurídico-política da sociedade brasileira contemporânea considerando suas três instâncias básicas: federal, estadual e municipal. Verificaremos a atuação do Estado, através da

legislação pertinente e de planos governamentais, e analisaremos os efeitos destes na trajetória do conflito entre feira livre e supermercado.

Elaborado no auge do período ditatorial, o I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento - deixa explícito como objetivo o da “expansão nos grandes centros urbanos de redes de supermercados e outros sistemas de auto-serviço”. Na esfera municipal também se verifica uma posição generalizada em favor da substituição das feiras pelos supermercados<sup>14</sup>.

Em 1970, no Rio de Janeiro, o Decreto-Lei 311 enfatiza a eficiência dos supermercados ao afirmar que “as atividades exercidas nas feiras livres ... destinam-se ao abastecimento *supletivo* ... enquanto, a critério da administração pública, a rede de estabelecimentos locais for considerada insuficiente para suprir as necessidades das respectivas regiões administrativas ou bairros isolados” (o grifo é nosso). Traduzindo, o que se afirma é que a sobrevivência das feiras em cada bairro está condicionada à *performance* dos supermercados no local. Se este for bem-sucedido, ou apenas manifestar interesse em se apoderar do mercado local, a feira poderá ser extinta ou remanejada. O mesmo instrumento jurídico diz que “as vagas não serão preenchidas salvo interesse público”. Entenda-se como interesse público aquele de um Estado controlado por grupos capitalistas, ou seja, representante de interesses minoritários e privados<sup>15</sup>.

Em 1975, o Decreto 166 do recém-criado município (o Estado da Guanabara fora extinto com a fusão com o Estado do Rio de Janeiro) dá plena continuidade à política de retração das feiras ao fixar que o número de matrículas não poderá exceder o então existente. Estabelece rígido horário de montagem e desmontagem das barracas e também de comercialização: os produtos que estiverem expostos na barraca a partir das 13 horas serão integralmente tomados pela fiscalização, além do feirante pagar uma multa de 3 salários mínimos. Várias outras medidas dis-

<sup>12</sup> Trata-se da chamada “febre viária”. Ver Abreu (1987) sobre as políticas de intervenção no espaço urbano carioca no período ditatorial.

<sup>13</sup> “O consumidor vai ao paraíso” (*Revista Domingo*, suplemento especial do *Jornal do Brasil*, ano 14, nº 718, 04/02/1990). Aos sábados, a frequência atinge a casa dos 300 mil consumidores. Moradores de cidade do interior fretam ônibus para facilitar o acesso a este aglomerado varejista, e garantem que os preços e o lazer compensam o sacrifício. Sendo considerado o maior hipermercado do Brasil, o Paes Mendonça oferece 35 mil itens ao consumidor.

<sup>14</sup> No município gaúcho de Caxias do Sul, as feiras livres foram extintas em 1968. Sobre a forte pressão exercida pela Prefeitura de São Paulo sobre as feiras paulistanas ver Guimaraes (1968).

<sup>15</sup> Este decreto determina também que os itens 6 a 15 (Anexo 3) somente poderão ser vendidos por feirante-produtor. Dada a excepcionalidade desta rara condição, os feirantes, segundo depoimentos do sindicato, se revoltaram e conseguiram a supressão deste dispositivo.

ciplinares são tomadas, e o não cumprimento de muitas delas leva à cassação de matrícula do infrator<sup>16</sup>. É exigido novo recadastramento, no qual o feirante que não apresentar vasta documentação fica afastado e o que não se recadastrar perde a matrícula.

Aumentando demasiadamente o valor das multas e a gravidade das sanções cabíveis, o Estado torna a feira livre uma atividade pouco compensadora, e em determinados casos até inviável, pois o mercador se vê cerceado diante de tantas limitações às suas atividades. Digno de nota é o fato de a maioria destas limitações impostas não apresentar qualquer justificativa técnica razoável.

Em 1977, o Decreto 1.174 surge propondo um zoneamento urbano, fazendo com que as medidas de restrição à feira livre passem a assumir um caráter espacial diferenciado. Vejamos dois artigos denunciadores deste propósito.

- Art. 6º: "não serão preenchidas as vagas que vierem a ocorrer nas feiras livres da II (Centro), IV (Botafogo), V (Copacabana), VI (Lagoa), VIII (Tijuca) e XXIII (Santa Tereza) Regiões Administrativas" (Mapas 1 e 2).

Sintetizando, em toda a Zona Sul e área central da cidade, além dos bairros de classe média da Zona Norte (Tijuca e adjacências), não haverá renovação de pessoal das feiras ali existentes, estando estas condenadas à extinção gradual.<sup>17</sup>

- Art. 7º: determina que produtos podem ser vendidos em cada uma das três áreas em que a cidade foi dividida. A Zona Sul (IV, V e VI Regiões Administrativas) e Tijuca (VIII R.A.) constituem a primeira destas três áreas, se caracterizando por altos rendimentos e grande adensamento populacional, isto é, apresenta imenso potencial enquanto mercado consumidor, colocando-se na mira do capital varejista. Nesta área, os feirantes somente poderão comercializar produtos pertencentes aos grupos 1, 2, 3, 5 e 6, sendo que estes dois últimos somente em veículos especiais (os frígimóveis) (Anexo 3).

Numa área intermediária, que abrange o Centro (II R.A.), Vila Isabel (IX R.A.) e Santa Tereza (XXIII R.A.), pode-se vender, além do permitido na zona privilegiada, artigos dos grupos 7 e 8 (mercearia e artigos de limpeza).

Nesta parte da cidade a presença dos supermercados já é menor que na primeira, justificando assim que a feira livre possa oferecer algo mais à população desta área, na sua condição imposta de abastecimento meramente supletivo.

Nas demais regiões administrativas, que correspondem aos subúrbios e áreas industriais das Zonas Norte e Oeste da cidade, abrigo majoritariamente camadas sociais de baixa renda, a legislação é bastante permissiva, podendo-se vender todos os produtos contidos na tabela.

Interessante notar que todo o discurso liberal sustentado pela burguesia brasileira presume um capitalismo concorrencial, mas o que se verifica particularmente entre 1968 e 1979 é a ascensão de um segmento do capital comercial com base numa concorrência inteiramente desigual e arbitrada por um estado tendencioso.

O aparato jurídico que se constrói neste período visa, entre outras coisas, a estabelecer áreas de influência distintas para feiras e supermercados, amortecendo assim o conflito. O que há de relevante nesta política é o fato de destinar ao grande capital justamente a melhor fatia do mercado. A feira livre, seu filho bastardo, o estado oferece as áreas degradadas e miseráveis da cidade maravilhosa.

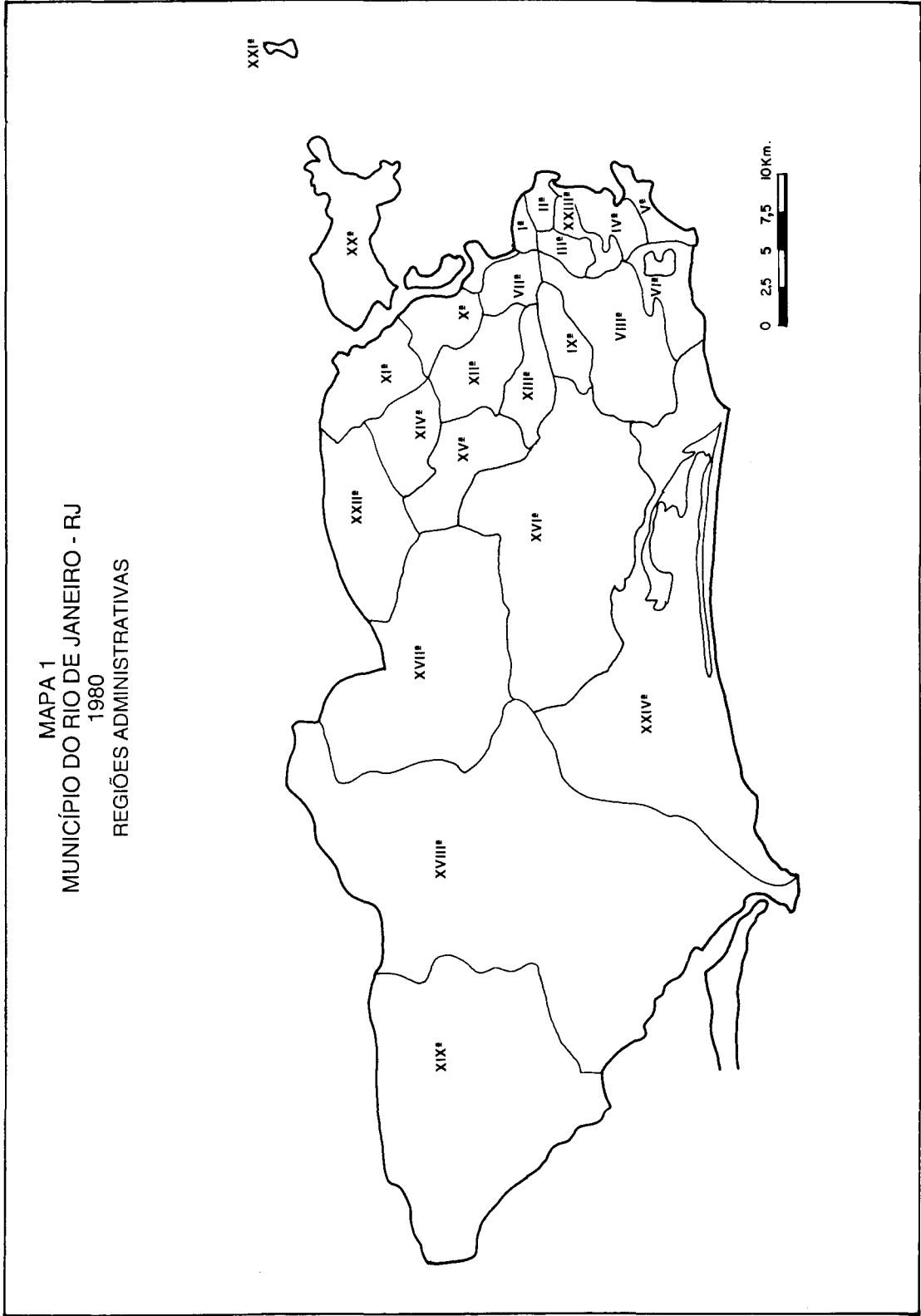
## O Conflito no Plano Ideológico

Estamos diante de um processo de monopolização de determinado setor de atividades, e sabemos que um dos principais ingredientes a alimentar este processo é o intenso uso da publicidade. Através dos meios de comunicação de massa, que muito se desenvolveram neste País nas últimas décadas, o capital veicula informações trabalhadas que modificam os hábitos e valores da população. O indivíduo moderno é o terminal de um bombardeio ininterrupto de idéias e sugestões que preenchem seu imaginário e embotam sua percepção.

Os supermercados investem maciçamente em publicidade, divulgando não apenas vantagens oferecidas ao consumidor, mas a própria idéia de que recorrer ao supermercado é

<sup>16</sup> Estas infrações são: 1 - vender mercadoria deteriorada, 2 - majorar preços, 3 - fraudar pesagens e 4 - atentar contra a moral e os bons costumes. Atente-se para o grau de subjetividade desta última infração, presente em outro trecho deste decreto, onde se sujeita o feirante à multa se este "apregoar ou produzir qualquer ruído evitável". Tal medida dispensa comentários.

<sup>17</sup> "Governo espera que as feiras desapareçam naturalmente mas 183 continuam ativas". *Jornal do Brasil*, 31/03/1973.



MAPA 2  
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ  
1989  
LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES

LEGENDA:

- FEIRA LIVRE PERTENCENTE À LINHA 1
- ◉ FEIRA LIVRE PERTENCENTE À LINHA 2



FONTE: DEPARTAMENTO DE FEIRA LIVRE DO RJ.

algo positivo e interessante. A produção da imagem do supermercado não se esgota na esfera publicitária. Procura também criar no interior dos grandes estabelecimentos todo um arranjo estético que faça o consumidor sentir que está adentrado por um espaço onde não existe nada que lhe faça lembrar a poluição (visual, sonora e atmosférica), a miséria e os perigos que estão do lado de fora, e que povoam o cenário de nossas metrópoles. O consumidor se sente no paraíso do *american way of life*. Nas palavras de Marshall Berman, a modernidade se implanta de forma irreversível, pois a “vasta maioria de homens e mulheres não pretende resistir à modernidade: eles sentem a sua excitação e crêem na sua promessa”<sup>18</sup>.

Cada vez mais os supermercados investem na construção de um universo colorido e fantástico que fascine o consumidor. As preocupações estéticas perpassam cada detalhe: a cor e o formato das embalagens, a apresentação (vestuário e aparência) dos funcionários, etc. Para muitos consumidores, não existe possibilidade da feira livre oferecer produtos de qualidade superior. No supermercado, compra-se algo mais que um produto que possua determinado valor de uso. Ele adquire também um valor simbólico, algo que ultrapassa sua materialidade e satisfaz psicologicamente o consumidor (Ortiz, 1988).

Outro fator importante na conformação da superestrutura ideológica é a imprensa escrita. E nela a feira livre aparece quase sempre no sentido pejorativo.

- “Supermercado revoluciona o comércio” (*Jornal do Brasil*, 26/01/1969): exalta-se a catedral do consumo, sua organização interna, limpeza, segurança, de forma que esta no futuro dominará a distribuição de gêneros alimentícios.

- “Desodorante na feira” (*Jornal do Brasil*, 26/02/1969): enfatiza a sujeira e principalmente o lixo que se acumula ao final de cada feira, expondo os moradores a odores fétidos e doenças.

- “Carioca quer supermercados substituindo feiras livres” (*Jornal do Brasil*, 10/05/1970): apresenta resultados de uma pesquisa de opinião onde a maioria dos entrevistados prefere o supermercado. Podemos confiar nessas pesquisas?

- “Na briga contra o aumento quem paga é o consumidor” (*Diário de Notícias*, 09/02/1974): acusa a existência de feirantes sem matrícula a praticar irregularidades, pois estão livres de multas em sua condição clandestina.

- “As feiras cada vez mais livres” (*Jornal do Brasil*, 22/11/1974): considera as feiras um mercado exótico e afirma em tom de lamento que não tem data para terminar este mercado primitivo onde não se cumpre a legislação.

- “Feiras livres são acusadas de encarecer os produtos” (*Jornal do Brasil*, 14/10/1979): trata-se de uma entrevista concedida pelo então Secretário de Agricultura Edmundo Campello, que julga ser a feira livre a ponta que concentra as distorções do abastecimento, gerando grande carestia, com lucros de até 300% nas mercadorias. Afirma que dentro de cinco anos a feira acabará sendo substituída por “varejões” da Central de Abastecimento - CEASA.

Nos anos 80, o enfoque muda. Continuam queixas no tocante à sujeira e feirantes inescrupulosos, o que aliás aumentou muito ultimamente, sem que a imprensa fizesse o estardalhaço da década anterior, demonstrando assim um posicionamento mais realista e menos condicionado pelos interesses de grandes grupos. Chega-se a salientar alguns aspectos positivos da feira livre, como veremos no próximo capítulo.

## A NOVA FEIRA LIVRE

Tentaremos agora demonstrar o quanto a feira livre se presta atualmente a uma função bem diferente daquela de 25 anos atrás, envolvendo também agentes sociais diferentes, num processo de redefinição que podemos resumir como um mergulho lento e gradual no universo do setor informal da economia urbana. Neste sentido, procuramos cumprir nosso intento de demonstrar que para uma nova conjuntura econômica, social e política, configura-se simultaneamente uma nova feira livre. Inicialmente, falaremos dos impactos sofridos em sua espacialidade, sobretudo salientando seu novo padrão locacional, para a seguir tratar das mudanças relativas à função e ao significado que esta hoje assume.

<sup>18</sup> Berman (1986, p.297). Cada vez mais descrente na justiça divina num “Juízo Final”, o homem moderno deposita suas esperanças no avanço tecnológico.

## Os Impactos na Espacialidade

A feira livre carioca nas primeiras décadas deste século apresenta um padrão de distribuição espacial que reflete a preocupação governamental em atingir todas as camadas sociais com esta inovação varejista: tanto Copacabana, reconhecidamente o bairro mais privilegiado da época, como Bangu, bairro nitidamente operário, dispunham de feiras livres.

Não dispomos de dados de fontes oficiais, mas o material encontrado em jornais e as informações contidas em depoimentos de feirantes idosos nos faz pensar que até o final dos anos 50 a feira livre manteve seu prestígio, manifestado e garantido através da própria distribuição espacial privilegiada. É claro que algumas realocações foram necessárias, em função do irremediável incremento de veículos em circulação. Praças e largos passaram a sediar terminais rodoviários, forçando o deslocamento das feiras para ruas próximas. Contudo, estas mudanças locais não afetam a distribuição geral em macroescala: as feiras continuavam a ocupar espaços privilegiados na cidade.

O período que se estende entre 1964 e 1979, conforme vimos anteriormente, foi marcado por fortes pressões sofridas pela feira livre, reduzindo sua expressão no tecido urbano.

O início dos anos 80 marca uma nova etapa para as feiras livres cariocas. O aumento das taxas de desemprego em face da recessão econômica levou a prefeitura a liberar a atuação dos camelôs e a criar uma nova linha de feiras, visando estabelecer 12 000 novas oportunidades de trabalho. Assim foi criada, em 1982, a chamada linha 2, com 72 novas feiras<sup>19</sup>. Para não confrontar com interesses privados, estas novas feiras se localizam em bairros de baixa renda e ocasionalmente em bairros de ocupação recente que, ainda que apresentem melhor poder aquisitivo, carecem de serviços varejistas em quantidade adequada à sua demanda.

Enquanto a Zona Sul (à exceção de São Conrado e Glória), Barra da Tijuca e bairros

de classe média como Tijuca, Vila Isabel e Méier não receberam nenhuma nova feira livre, bairros carentes como Realengo, Bangu, Madureira e Irajá tiveram seu número de feiras aumentado em até mais de 100%. Algumas destas feiras se localizam em áreas tão carentes e de tão baixa densidade populacional (loteamentos em processo de ocupação, sobretudo na Zona Oeste) que os feirantes acabaram desistindo e abandonando por completo o local. Segundo dados do Departamento de Feiras Livres, foram canceladas por abandono 26 feiras da linha 2. Não havia nestas áreas condições mínimas para sustentar um comércio periódico. Importante frisar que o feirante, sobretudo aquele da linha 2, somente abandona o local quando a situação inviabiliza totalmente sua presença, de forma que o volume de vendas não permita sequer cobrir os custos operacionais. Verificamos em áreas carentes muitas feiras que subsistem com 10 ou 20 barracas, todas com pequenos estoques e baixo volume de negócios individuais.

Há, portanto, basicamente nas feiras da linha 2 um quadro de instabilidade tal que qualquer mapeamento torna-se obsoleto em muito pouco tempo. O problema se estende, em menor grau, às feiras da linha 1 (ou linha tradicional), devido ao *status* negativo das feiras atualmente. Estas podem ser removidas a qualquer momento em nome de interesses privados os mais diversos<sup>20</sup>.

A feira livre atual apresenta uma tendência locacional em direção à periferia. Claro que esta tendência não é espontânea, mas sim decorrente de imposição do Estado. Outro aspecto a caracterizar a espacialidade da feira livre atual é a grande instabilidade e mobilidade. Por motivos diversos, alguns irrelevantes para o interesse público, as feiras não apresentam a estabilidade locacional de outrora. Este comportamento móvel reflete a posição secundária que estas assumem hoje.

Para compreender esta localização e seu significado, é preciso perceber que se trata de dois padrões locacionais superpostos. O primeiro, a linha 1, reflete a importância da feira

<sup>19</sup> A linha 2 foi assim chamada por estabelecer um grupo de feiras livres cuja legislação fosse inteiramente distinta das 171 existentes, que passaram a formar a linha 1. O Sindicato dos Feirantes, através de seu secretário Jorge Lima, em entrevista a nós concedida, afirma que a classe não foi convidada a discutir os critérios de localização das novas feiras. Elogia a criação de novos empregos, mas considera casuista e eleitoreiro o processo de implantação das feiras da linha 2.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, a matéria "Agência Bancária Vai Deslocar Feira Livre", *O Globo*, RJ, 10/12/1985. Interessante notar que enquanto a classe média quer livrar-se da feira em sua rua, as camadas populares a requisitam por nela encontrar uma forma de aumentar os parcos rendimentos familiares. Na Cidade de Deus, por exemplo, feirantes temerosos de assaltos migraram em conjunto, sem autorização oficial, para outra rua. Moradores da rua abandonada queixaram-se, pois vendiam na porta de suas casas comida para os feirantes (lingüça frita e angu à baiana). Ver "Na Cidade de Deus, Feira Troca de Lugar por Medo", *O Globo*, RJ, 24/05/1984, *Jornal de Bairros: Barra da Tijuca*.

livre em décadas passadas, de forma que privilegia bairros com maior potencial consumidor: Botafogo aparece com cinco feiras e Copacabana com quatro, ao passo que Campo Grande, Magalhães Bastos e Cidade de Deus têm apenas uma feira cada um. O segundo padrão deriva da linha 2, com nítida tendência a se localizar na periferia. Destacam-se agora Madureira e Bangu, cujo número de feiras em suas respectivas regiões administrativas atinge a quarta parte do total das feiras cariocas.

A superposição destes dois padrões locais oferece um panorama misto. Somente um estudo que leva em conta o processo histórico e estabelece periodização pode detectar esta superposição de tendências de momentos distintos, e prever que a tendência em vigor tende a consolidar um padrão de distribuição espacial que reflete o movimento geral da sociedade. Foi este o nosso objetivo: extrapolar a homogeneidade aparente e atingir o que seria a essência desta distribuição espacial, o que lhe dá vida, movimento e aponta tendências em curso. Em outras palavras, perceber que uma determinada localização é a cristalização de processos passados, enquanto a outra reflete um movimento presente. Nas palavras de Milton Santos, seriam duas espacializações distintas, pois se efetivam através de processos sociais próprios de diferentes momentos históricos.

### Os Impactos na Função e no Significado

Já foi comentado aqui o quanto as feiras livres desfrutavam de prestígio nas primeiras décadas deste século. Sua função era de grande relevância, pois facilitavam o contato direto entre a pequena lavoura local e o consumidor. A feira livre simbolizava a própria modernidade: ordem e higiene<sup>21</sup>. As feiras não apenas desfrutavam de privilegiada localização, como também eram grandes reuniões de mercados, muito maiores que as atuais. A feira de Copacabana, por exemplo, ocupava as Ruas Barata Ribeiro e Figueiredo Magalhães, além da Praça Serzedelo Correa. A de Vila Isabel se espalhava por três ruas a partir da Praça Sete de Setembro, enquanto

a da Praça da Bandeira simplesmente ocupava esta e mais quatro ruas adjacentes, formando um grande mercado ao ar livre<sup>22</sup>. Trata-se de um desenho muito semelhante às feiras regionais nordestinas: ocupam a praça central e se irradiam pelas ruas que lhe dão acesso.

Além das feiras de outrora agruparem quantidades muito maiores de mercados, estes operavam com estoques certamente maiores que os atuais. Quase todos os feirantes antigos (91%) afirmaram nas entrevistas que foram forçados a reduzir bastante o montante de mercadorias em cada feira, em função de vários fatores: o menor afluxo de consumidores, a carestia e a invasão de camelôs e clandestinos, aumentando a concorrência interna e desorganizando/denegrindo a feira livre.

Esta redução no volume individual de negócios significa que o atual feirante é um comerciante empobrecido em relação aos rendimentos de outrora, na fase áurea da feira livre carioca. Nossas entrevistas, que atingiram 53 feirantes nos mais variados ramos e situações, permitiram identificar dois perfis nítidos de feirante: um tradicional, representante de momentos pretéritos, e outro moderno, que reflete a feira livre atual.

O grupo dos antigos feirantes, que agrupa 22 entrevistados, apresenta um tempo médio de atividade equivalente a 26 anos, contra apenas sete anos e meio do segundo grupo, com 20 novos feirantes. O total de membros dos dois grupos abrange 80% da amostra total de entrevistados.

O grupo 1 (ou G1), constituído pelos velhos feirantes, conserva em parte hábitos e valores relativos à feira livre dos anos 60: utilizam jaleco branco oficialmente recomendado por questões de higiene, mantêm-se em caráter definitivo nas feiras onde conseguiram obter através dos anos uma freguesia (clientela) cativa, mantendo com ela relações de compromisso e amizade. O feirante moderno, por sua vez, tende a vagar pelas feiras suburbanas, sem formar freguesia, sem vestir jaleco branco e muitas vezes não encarando a feira como opção exclusiva ou definitiva. Trata-se geralmente de um biscateiro, um típico inte-

<sup>21</sup> Segundo Silva (op. cit., p.9-10) os fiscais da Higiene Pública não perdoam a menor distração dos feirantes, afirma também que havia rigoroso policiamento: "a feira se encerra impreterivelmente às onze horas, ao som de apitos dos fiscais, e em seguida entra o pessoal da limpeza pública (...) para lavar a rua". Não há qualquer semelhança com as feiras atuais.

<sup>22</sup> As localizações aqui descritas se encontram em mapa anexado à obra de A. Silva, op. cit.

grante do circuito inferior da economia urbana.

A questão da nacionalidade/naturalidade dos feirantes revela diferenças marcantes entre os dois grupos. No G1 o percentual de estrangeiros atinge 36%, chegando a 64% se incluirmos os descendentes destes. São portugueses e italianos, com larga predominância dos primeiros. No G2 inexistem estrangeiros ou mesmo descendentes. Este grupo étnico, geralmente possuidor de melhores recursos materiais, tende hoje a procurar se estabelecer em ramos de comércio com possibilidades de maior retorno.

No G1 encontramos também feirantes que ainda operam com produtos praticamente extintos, como ferragens, louças e salgados.

Enquanto no G1 se verifica o predomínio dos ramos que acabamos de citar, no G2 prevalecem os legumes (dois terços dos legumeiros entrevistados estão neste grupo) e verduras. Ambos são produtos em expansão na feira livre, por dois motivos:

1 - são setores ainda competitivos em relação ao moderno varejo, pela renovação diária e cuidados especiais que lhes são dispensados e que lhes conferem melhor qualidade; e  
2 - ao contrário das frutas, aves e pescado, estes setores não requerem maior investimento inicial, estando portanto mais adequados ao perfil do novo feirante. Também se destaca no G2 o setor de biscoitos, também em função da competitividade. O moderno varejo raramente opera com biscoitos de fabricação caseira (mais delicados no manuseio), preferindo largamente os empacotados das grandes indústrias. É, portanto, mais um produto em relativa expansão nesta moderna feira livre, que vai encontrando à sombra do circuito superior seu lugar na modernidade.

A banana é outro produto que depende de cuidados especiais, evitando o manuseio frequente dos consumidores para não amassar e despencar. Daí apresentar sempre melhor aspecto na feira que no supermercado. O mesmo ocorre com produtos perecíveis em geral: algumas frutas, hortaliças, etc. O supermercado prefere produtos padronizados, pois facilitam a operação comercial em maior escala. Também preferem os produtos embalados industrialmente (empacotados, ensacados, enlatados), pois estes são mais apropriados

para o auto-serviço. Nas palavras de Vinícius di Mônaco, assessor da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS -, a indústria fez o supermercado.

No G1, 45% dos entrevistados são filhos de feirantes, contra apenas 10% no G2.

Há um dado que demonstra o quanto o novo feirante realiza negócios em menor escala que o feirante tradicional: o uso de ajudantes na barraca, o que depende de um volume mínimo suficiente para remunerá-los. Mais de 2/3 do G1 utiliza ajudantes, contra apenas 1/3 do outro grupo. Um aspecto importante é a presença maciça de familiares na condição de ajudantes, fenômeno típico do grupo tradicional. Dentre os antigos feirantes que trabalham acompanhados, 87% contam com o apoio de cônjuges ou filhos adolescentes. Este comportamento é resquício de um período em que era usual os filhos de feirantes seguirem a profissão dos pais, pela boa perspectiva de rendimentos que a feira livre oferecia. O esvaziamento dos laços familiares na feira pode ser entendido também como decorrência da instabilidade atual dos feirantes. Esta transitoriedade contrasta com a empresa familiar, sólida e duradoura, com traços lusitanos e patriarcais, que representava cada barraca de feira antigamente.

Atualmente, a figura do camelô é uma constante nas feiras cariocas. Sua onipresença, desafiando a severa legislação da linha 1, chegou a fazer com que estudiosos menos informados o encarassem como elemento estrutural das feiras<sup>23</sup>. Na verdade, o camelô é um elemento conjuntural, fenômeno dos anos 80 no Rio de Janeiro, quando a feira livre passa a apresentar-se como uma atividade desorganizada em face do descaço do poder público, sobretudo no subúrbio (ver Anexo 4). Depoimentos de feirantes e informações colhidas em jornais nos autorizam a afirmar que até a década de 70 a figura do camelô era esporádica, alvo de intensa perseguição.<sup>24</sup> Até então as feiras eram muito mais limpas e organizadas que as atuais, mesmo considerando as tradicionais feiras da Zona Sul, que ainda conservam certo aspecto de higiene e organização exigidos pela clientela local. Quando o grande capital comercial percebeu que era inviável seu projeto de supressão das feiras livres, seja pela sua eficiência em de-

<sup>23</sup> Ver Pandolfo, Maria L. M. A Feira de São Cristóvão - a reconstrução do nordestino num mundo de paraibás e nortistas, tese de mestrado em Educação na F.G.V., 1987

<sup>24</sup> "Feirantes fazem assembléia para debater feiras da CEASA", Jornal O DIA, RJ, 19/08/1979. A matéria elogia a limpeza e ordem nas feiras e cita a ausência de camelôs.



terminados ramos, seja pelo aumento da oferta de força de trabalho em função da recessão, diminuiu a pressão verificada até o final dos anos 70. A fiscalização e a legislação tornaram-se mais flexíveis, sobretudo nos bairros periféricos. Nos bairros de classe média e alta, onde se mantém uma legislação rigorosamente proibitiva, a fiscalização muitas vezes permite algumas infrações, gerando cenário caótico. Na opinião dos técnicos da prefeitura,

*“a feira vem sendo violentada com a expansão desordenada, atuando sem controle de qualquer natureza: tomou-se um comércio decadente e indesejável, com frequência decrescente, pela grande incidência de camelôs e desocupados”<sup>25</sup>.*

Em nossa classificação, os produtos não-alimentícios, excluindo ramos tradicionais na feira como roupas, calçados e flores/plantas, aparecem sob o rótulo “outros” e constituem o ramo preferido pelos camelôs, chegando a superar um terço do total destes aos domingos, em Campo Grande. Se a invasão dos camelôs é um fenômeno recente, mais ainda o é a presença destes produtos via camelôs, tomando a feira livre suburbana um mercado extremamente variado, retomando assim, e até possivelmente superando, o grande sortimento que a caracterizava na fase áurea. Aparelhos eletrodomésticos usados, sacolas de papel, ferramentas, pequenos utensílios domésticos, pneus usados, brinquedos, enfim, uma gama variadíssima de objetos pode ser encontrada à venda, até mesmo um par de botas usado, pois não há limite: qualquer pessoa pode expor praticamente qualquer objeto nas feiras da linha 2. Desta forma, a feira retoma seu caráter original: o encontro aberto de indivíduos interessados em vender e comprar, ou seja, trocar. Esta característica se apresenta mais expressivamente nos fins de semana, quando muitos trabalhadores engajados em outras funções durante a semana vêm à feira complementar seus rendimentos com a venda de artigos de fabricação própria, de “segunda mão” ou adquiridos de terceiros. Existe hoje, portanto, o “feirante de fim de semana”, que faz com que o número de mercadores (camelôs e feirantes) nestes dias seja bem inferior ao dos dias úteis.

Esta retomada do sortimento de mercadorias ocorre principalmente na linha 2, pois na

linha tradicional a legislação restringe severamente o leque de produtos a serem vendidos. Em nosso levantamento, não encontramos por exemplo barracas de roupas, calçados, mercearia ou “outros” na feira de Copacabana. Roupas, calçados e “outros” também estão ausentes nas feiras de Botafogo e Glória.

No que tange aos produtos vendidos, muitos foram proibidos pela legislação, outros perderam a concorrência com o moderno varejo. Sobressaem atualmente os setores de frutas, frutas nobres, biscoitos, pescado, legumes e verduras. Considerando nossa amostra, Copacabana lidera percentualmente em frutas nobres e pescado, enquanto Glória lidera em frutas e legumes, e Botafogo lidera em verduras.

Nos bairros menos privilegiados economicamente, destaca-se a venda de frutas populares (banana e laranja), roupas, calçados, artigos de mercearia e fundamentalmente “outros”, que abrange utensílios domésticos, ervas, condimentos, enfim, todos os produtos ausentes nos demais setores contidos em nossa classificação. Para exemplificar, consideremos o percentual de barracas e camelôs, pois estes são muitos expressivos nas feiras suburbanas. Bangu lidera o setor de laranja; Colégio lidera em calçados; enquanto Realengo se destaca em roupas e “outros”; cabe a Maria da Graça a primazia em artigos de mercearia.

## CONCLUSÃO: OS ELEMENTOS DE PERSISTÊNCIA

Antes de mais nada, alertamos para objeções ao uso do termo persistência em nosso estudo. Sugere-se que o termo fora mal empregado por dois motivos:

1 - persistir significa existir em condições adversas. A pesquisa demonstrou, porém, que as relações de complementariedade com o circuito superior da economia oferecem elementos de sustentação à feira livre, não havendo, portanto, apenas ou fundamentalmente adversidades; e 2 - ao falarmos em persistência subentende-se que estamos nos referindo a um mesmo indivíduo resistindo ao tempo, o que entra em contradição com a radical modificação sofrida

<sup>25</sup> Plano de Governo (1986-1989), Prefeito Saturnino Braga, p.92. Em reunião entre técnicos e entidades de classe dos feirantes, foi proposta a redução das feiras da Zona Sul (pelo atravancamento), e retirada dos camelôs, pela concorrência desigual com os feirantes matriculados.

pela feira. Podemos estar utilizando o mesmo rótulo - feira livre - para designar fenômenos absolutamente distintos. Neste sentido, em vez de persistência estaria havendo uma substituição do velho pelo novo.

Apesar das considerações feitas, mantemos o termo persistência, pois nem tudo foi modificado na feira livre. Esta continua sendo um mercado periódico, onde pequenos comerciantes operam através de instrumentos rústicos e técnicos tradicionais de exposição e venda. Alguns aspectos foram extintos ou substituídos, mas algo essencial foi preservado.

A manutenção do termo persistência também se respalda na captação do discurso de determinados segmentos sociais nos anos 60 e 70, que anunciava o término das feiras livres no alvorecer de novos tempos. Esta previsão se tornou perspectiva dominante, presente em jornais e planos oficiais da época, penetrando inclusive na percepção de feirantes e consumidores. Para estes setores da sociedade diretamente envolvidos com a feira livre, o que se revelou nos anos 80 foi uma autêntica persistência. E este estudo quer inserir dentro do possível a perspectiva dos agentes concretos que vivem e constroem a feira nossa de cada dia. Em respeito àqueles que sofreram em face da angustiante expectativa de extinção das feiras, saúdo o presente falando em persistência.

O conjunto de elementos de persistência serve para nos conduzir diretamente a uma noção mais precisa do encaixe da feira livre na modernidade de nossas metrópoles, o que de imediato nos remete ao objetivo central de nossa pesquisa assim anunciado no título: O lugar da feira livre na grande cidade capitalista.

O que chamamos de elementos de persistência foi estruturado em cinco itens. Os dois primeiros se referem à situação conjuntural da feira livre, enquanto os três últimos, apesar de seu inevitável condicionamento conjuntural, podem ser vistos como elementos estruturais, isto é, que fazem parte da natureza desta atividade, seu caráter atomístico e sua inconfundível sociabilidade.

#### 1 - A feira livre enquanto circuito inferior

Vimos que nos últimos 25 anos a feira livre carioca empreendeu um autêntico mergulho no universo do setor informal da economia urbana. Este mergulho, que transfigurou a

feira tanto em seu papel quanto em sua geografia, é ao mesmo tempo resultado de uma política de modernização do varejo e das estratégias de sobrevivência dos feirantes, sempre buscando ocupar as brechas deixadas pelo movimento de reestruturação socioespacial, levado adiante pelo Estado e pelo circuito superior.

Mobilidade, flexibilidade e fácil adaptação a novas situações são atributos do circuito inferior. Se a feira livre já os possuía em determinado grau, seu ingresso no circuito inferior fê-la aprimorar tais características. A feira livre já possuía a mobilidade espacial necessária para sobreviver ante o crescente número de veículos em circulação na cidade, migrando gradativamente para logradouros mais afastados. Atualmente, com a situação de abandono em que se encontra, sua mobilidade é ainda maior, pois quase sempre independe de autorização ou iniciativa governamentais. O mesmo ocorre com o feirante, que já não obedece mais à seqüência de feiras/dias da semana contida em sua matrícula. Ele simplesmente vai em busca daquelas que lhe ofereçam maior comodidade e rentabilidade.

#### 2 - A articulação com o circuito superior

Nas primeiras décadas deste século, o feirante era um produtor de alimentos, geralmente um pequeno sítio em terrenos hoje ocupados pela expansão física da cidade. Com o passar do tempo, por razões já comentadas, a figura do feirante-produtor foi decaindo até a quase completa extinção. Simultaneamente, o setor atacadista se expandiu, criando gigantescas centrais de abastecimento e se concentrando em torno de oligopólios. O feirante atual, este humilde comerciante, encontra-se irremediavelmente atrelado às fontes abastecedoras instituídas<sup>26</sup>. São os feirantes dezenas de milhares de microunidades cujo papel é escoar a produção de imensos complexos agroindustriais. Esta é a função atual dos feirantes, como é, no geral, a função do terciário (errônea e europocentricamente denominado inchado) nas cidades dos países subdesenvolvidos. Como é também, em nível mais amplo, o papel do circuito inferior: garantir a reprodução do capital, difundindo às camadas sociais empobrecidas bens e serviços oriundos/vinculados ao circuito superior. Em outras palavras, um conjunto de peças sujas e quase ignoradas a desem-

<sup>26</sup> Dos 53 feirantes entrevistados, numa amostra que procurou cobrir as mais diversas situações quanto à localização, dia da semana, ramo de vendas, etc., 47 precisam recorrer aos atacadistas, o que demonstra o alto grau de articulação entre ambos.

penhar importante papel no funcionamento geral da engrenagem.

O setor atacadista, seja ele circuito superior ou circuito superior marginal, representa uma fatia do capital à qual interessa a manutenção das feiras, este formidável canal de escoamento de mercadorias que mantém os atacadistas em sua vigorosa posição. Mas a articulação das feiras livres com o circuito superior não se restringe às fontes abastecedoras. Outro poderoso agente muito ligado à *performance* das feiras é o supermercado.

O estágio atual desta relação conflituosa nos inclina a supor que este hoje se configura como mais um fator de persistência para as feiras livres. O embate verificado, tanto na esfera econômica como na jurídico-política e na ideológica, resultou numa espécie de partilha de áreas de influência: a cada um parece caber oferecer determinados bens a determinadas parcelas da sociedade urbana, cumprindo assim distintos papéis no amplo universo da distribuição varejista<sup>27</sup>.

### 3 - As vantagens da periodicidade

A periodicidade, se por um lado faz da feira livre uma atividade rudimentar, apoiada em precárias estruturas de madeira, dota-a de uma forma muito singular de consumir espaço, dele se apropriar por instantes, sem ter o ônus imobiliário de uma ocupação permanente. Assim sendo, se atividades fixas como a indústria, as residências nobres e tantas outras implantações cristalizadas no espaço tendem a deixar sua marca na paisagem, o mesmo não ocorre com as feiras. Estas não deixam rastros: desmancham no ar.

A literatura referente aos mercados periódicos<sup>28</sup>, em grande parte respaldada nos princípios da teoria econômica neoclássica, explica o surgimento e a persistência destes mercados justamente pela racionalidade e eficiência de seu comportamento itinerante, que permite ao mercador ampliar demasiadamente seu raio físico de atuação. Sem dúvida, a periodicidade viabiliza a presença de feiras mesmo em locais onde é muito fraca a demanda de consumo. Concentrando em um único dia da semana toda a demanda local, torna-se viável a aglomeração periódica de mercados.

### 4 - A qualidade do serviço prestado

É incontestável que a feira livre, em determinados aspectos, oferece ao consumidor um serviço de qualidade superior a qualquer outro congêneres. Não fosse esta característica a feira possivelmente não persistiria, pois não haveria este afluxo de volumosa clientela que diariamente garante sua reprodução enquanto atividade comercial.

Em função de sua natureza de atuação em grande escala, aos supermercados muitas vezes é inviável padronizar determinados produtos, oferecer o sortimento desejado ou aquele produto fresco (principalmente em pescado e olericultura), o que é quase uma exclusividade da feira livre. O que enfatizaremos a seguir é o quanto a qualidade do serviço prestado decorre quase sempre do fato de ser a feira livre uma microempresa.

Por ser uma grande empresa, onde os empregados são aqueles que diretamente lidam com as mercadorias e a população, o supermercado carece de vários qualitativos. Não existe o cuidado em manusear adequadamente o produto perecível, daí a preferência por enlatados e empacotados, produtos resistentes à manipulação constante e agressiva. Também não existe no supermercado o tratamento cordial e personalizado da feira livre, por que nesta o freguês fala diretamente com o dono, o maior interessado em executar bem o serviço.

### 5 - A questão sociocultural

*"Favorecendo múltiplas relações interpessoais, na feira livre são reafirmadas relações de vizinhança, e a comunicação que se estabelece abrange desde os preços praticados até os últimos acontecimentos políticos, passando pelas receitas culinárias e pelo capítulo da novela das oito. Nesse universo econômico, onde não há notas fiscais, a "pechincha" quebra a informalidade das operações comerciais". (Pandolfo, 1987, p. 27-28)*

A citação acima nos remete a várias dimensões da vida social cotidiana, que utilizam a feira livre como território ritual. Poderíamos adentrar por esta faceta sociológica, mas vamos nos deter aqui à possibilidade de pechinchar, realçada pelo autor.

A pechincha é uma prática que, mais do que a proximidade pessoal entre feirantes e fregueses, revela o lado participativo do ato

<sup>27</sup> Basicamente, a feira livre opera atualmente em circunstâncias não atrativas para o grande capital, como por exemplo vender condimentos moídos na hora, em pequenas quantidades, ao fraco mercado consumidor de um bairro periférico.

<sup>28</sup> Uma revisão crítica da bibliografia referente aos mercados periódicos, abrangendo quase meia centena de livros e artigos, pode ser encontrada em Bromley (1980).

de comprar na feira. Em meio à passividade generalizada que o consumismo incentiva no homem moderno (seu papel é apenas escolher entre este ou aquele produto), cria-se o consumidor perfeito e o cidadão imperfeito<sup>29</sup>.

Neste sentido, a feira livre surge ao indivíduo como uma oportunidade de participação, de construção social do momento vivido, algo freqüentemente negado nas atuais estruturas de varejo e na vida moderna em geral.

Outro aspecto importante da feira livre é a personalidade nas relações entre feirante e consumidor, que adentra pelo lado afetivo e chega a estabelecer laços de prolongada amizade e fidelidade mútua, algo impensável no sistema de auto-serviço. É comum o feirante orientar o freguês quanto à qualidade, à natureza e ao uso recomendável de determinado produto. O diálogo é um elemento constante no cotidiano das feiras. Vendedores de ervas medicinais, geralmente espalhadas sobre um pano estirado ao chão, não raramente medicam seus clientes, informando sobre como e

quando utilizar determinada erva em função dos sintomas expostos pelo paciente.

Fatos como este demonstram o quanto a feira livre carioca ultrapassa em muito a mera função varejista, tendo inclusive o papel de preservar a oferta de bens e serviços que não se adaptam ao moderno sistema de auto-serviço ou à economia de escala. Neste sentido, funciona como um autêntico museu vivo do cotidiano. Na medida em que se constitui como espaço de preservação de toda uma cultura alimentar e comercial, a feira livre exerce influência marcante na permanência de identidades socioculturais que coexistem na metrópole. Vide o caso da feira de São Cristóvão aos domingos (mas que se inicia nas noites de sábado, como nas grandes feiras regionais nordestinas) que reúne 50 mil pessoas numa grande festa regada à música caipira e produtos sertanejos, como goma de tapioca, feijão-de-corda, carne-de-sol, rapadura, manteiga-de-garrafa, feijão-rajado, etc.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- BARRETO, A. Lima. *Feiras e mafuás*, São Paulo, Mérito, 1953.
- BECKER, Bertha. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, abr./maio/jun. 1966: 129-156, 1966.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade*, São Paulo, Cia. das Letras, 1986.
- BROMLEY, R.J. Os mercados periódicos dos países em desenvolvimento; uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 42(3), p. 646-57, 1980.
- \_\_\_\_\_. et al. Análise racional dos mercados periódicos. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 42(1), p. 183-94, jan./mar., 1980.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Biblioteca Carioca, v. 6, Rio de Janeiro, 1988.
- CORDEIRO, N. Abreu & PIRES, Jacira R. Projeto novos espaços para feira livre e esportes. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETURA. São Paulo, *Anais...*, São Paulo, s.d.
- CORREA, Roberto Lobato. *A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Deptº de Geografia da UFRJ, 1987. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. O enfoque locacional em geografia. *Terra Livre*, 1(1), AGB. São Paulo, 1986.
- COSTA, Mário. *Feiras e outros divertimentos populares de Lisboa*. Lisboa, Oficinas Gráficas do C.M.L., 1950.
- COSTA, Rogério Haesbaert, GOMES, Paulo C. C. O espaço na modernidade. *Terra Livre*, (5), p. 47-67, São Paulo, AGB, Marco Zero, 1988.

<sup>29</sup> Ver Milton Santos, *O Espaço do Cidadão*, São Paulo, 1985. O autor discute a questão da cidadania diante da massificação do consumo.

- GUIMARÃES, Olmária. *O papel das feiras livres no abastecimento da cidade de São Paulo*. São Paulo, USP, 1969 (Série Teses e Monografias, nº 22).
- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco C. T. *História política do abastecimento: 1914 - 1974*. Brasília, Binagre, 1979.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição Brasileira* (cultura brasileira e indústria cultural). São Paulo, Brazilianense, 1988.
- PANDOLFO, M. Lúcia Martins. *Feira de São Cristóvão: a reconstrução do nordestino num mundo de paraibas e nortistas*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987. Tese de Mestrado em Educação.
- PINTAUDI, Silvana Maria. *Os supermercados na grande São Paulo : contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. Deptº de Geografia, USP, São Paulo, 1981. Tese de Mestrado.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - *Plano de governo: 1986-1989*. 1985.
- PSILLAKIS, Homero M. *O shopping center e o varejo brasileiro*. Rio de Janeiro. ABRASCE, s.d.
- RAU, Virgínia. *Subsídio para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa, Bertrand, 1943.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SANTOS, Milton de Almeida. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países sub-desenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- \_\_\_\_\_. *As articulações dos modos de produção e os dois circuitos da economia urbana : Os atacadistas de Lima, Peru*. In: ENSAIOS SOBRE A URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Por uma geografia nova*. São Paulo, HUCITEC, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*, São Paulo, HUCITEC, 1988.
- SILVA, Antonio C. *Feiras livres no Distrito Federal : hábitos e costumes populares*. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1936.

## ANEXO 1

### Relação das Feiras Livres que Compõem a Amostra

- 1 - BOTAFOGO: Rua Visconde de Outro Preto (2ª feira), 85 mercadores, sete entrevistas, em 22/01/90.
- 2 - GRAJAÚ: Avenida Júlio Furtado (6ª feira), 220 mercadores, sete entrevistas, em 25/08/89 e 02/02/90.
- 3 - GLÓRIA: Avenida Augusto Severo (domingo), 367 mercadores, sete entrevistas, em 21/01/90.
- 4 - PRAÇA SECA: Ruas Barão e Gastão Taveira (domingo), 240 mercadores, seis entrevistas, em 28/01/90.
- 5 - MARIA DA GRAÇA: Rua Conde de Azambuja (3ª feira), 86 mercadores, seis entrevistas, em 15/08/89 e 13/02/90.
- 6 - INHAÚMA: Rua Dona Emília (domingo), 197 mercadores, seis entrevistas, em 04/02/90.
- 7 - COLÉGIO: Rua Bezerril Fontenelle (6ª feira), 66 mercadores, cinco entrevistas, em 01/09/89 e 19/01/90.
- 8 - CAMPO GRANDE: Avenida Manuel Caldeira (domingo), 237 mercadores, nove entrevistas, em 27/01/90.
- 9 - COPACABANA: Ruas Ronald de Carvalho e Belford Roxo (5ª feira), 507 mercadores, em 18/01/90.
- 10 - RIBEIRA: Ruas Maldonado e Fernandes Fonseca (sábado), 241 mercadores, em 20/01/90.
- 11 - PENHA: Rua General Silveira Sobrinho (5ª feira), 147 mercadores, em 25/01/90.
- 12 - BENTO RIBEIRO: Rua Sapopemba (4ª feira), 96 mercadores, em 24/01/90.
- 13 - BANGU: Rua da Chita (4ª feira), 147 mercadores, em 17/01/90.
- 14 - REALENGO: Ruas Cristóvão de Barros, Capitão Teixeira e Santo Ignácio (sábado), 283 mercadores, em 27/01/90.

**ANEXO 2****Modelo de Questionário Aplicado aos Feirantes**

Local:

Data:

Dia da Semana:

Setor:

**I - Aspectos Pessoais**

Nome:

Idade:

Naturalidade (ou, se estrangeiro, nacionalidade):

Local de Residência:

Tempo de Atividade na Feira Livre:

Ocupação Anterior:

Motivo de Ingresso na Feira Livre (pai ou parente feirante?):

Situação de Trabalho: (ajudante/autônomo, tem licença? Tem ajudante?  
Sócio/empregado? Carteira assinada? Parente?):

**II - Abastecimento**

Fonte (local e natureza):

Freqüência:

Motivo:

Condições de Pagamento (Tem crédito? Qual?):

**III - Opinião sobre a Feira Livre**

Que vantagens a feira livre oferece ao consumidor?

Como vê a relação com comércio fixo?

Como vê a atuação do Governo?

Quais são as perspectivas da feira livre?

### **ANEXO 3**

#### **Classificação Oficial dos Produtos Vendidos na Feira Livre**

- 01 - Verduras, legumes e frutas
- 02 - Aves abatidas e ovos
- 03 - Flores naturais, plantas e sementes
- 04 - Pescado
- 05 - Coelhos, aves e suínos abatidos
- 06 - Pescado em veículos especiais
- 07 - Mercearia
- 08 - Material de limpeza
- 09 - Armário
- 10 - Calçados e roupas
- 11 - Ferragens, louças e alumínio
- 12 - Balas e biscoitos
- 13 - Tempero
- 14 - Aves vivas e ovos
- 15 - Laticínios e doces
- 16 - Artefatos de couro e plástico
- 17 - Artigos de plástico e brinquedos



## ANEXO 4

DISTRIBUIÇÃO DE BARRACAS E CAMELÔS NAS FEIRAS PESQUISADAS,  
SEGUNDO OS BAIRROS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1990

BAIRROS	NÚMEROS ABSOLUTOS			NÚMEROS RELATIVOS (%)		
	Total	Barracas	Camelôs	Total	Barracas	Camelôs
MÉDIA	209,2	153,5	55,7	100,0	73,0	27,0
TOTAL	2 929	2 149	780	-	-	-
Copacabana	508	354	154	100,0	69,5	30,5
Glória	366	275	91	100,0	75,0	25,0
Botafogo	84	75	9	100,0	89,5	10,5
Grajaú	220	202	18	100,0	92,0	8,0
Maria da Graça	86	66	20	100,0	69,5	30,5
Penha	147	104	43	100,0	70,5	29,5
Praça Seca	240	187	53	100,0	76,5	23,5
Ribeira	237	213	24	100,0	90,0	10,0
Inhaúma	197	135	62	100,0	68,5	31,5
Colégio	66	49	17	100,0	74,0	26,0
Bangu	161	91	70	100,0	56,5	43,5
Realengo	283	169	114	100,0	59,5	40,5
Campo Grande	237	162	75	100,0	68,5	31,5
Bento Ribeiro	97	67	30	100,0	69,0	31,0

FONTE - Pesquisa de campo - 1989/1990.

## RESUMO

A feira livre desempenha importante papel no abastecimento alimentar da cidade do Rio de Janeiro. Espalhada por toda a cidade em grande número, e existindo oficialmente desde o início do século, desfruta de grande prestígio junto à população.

A partir da década de 60, uma nova modalidade de varejo entra em cena: os supermercados. Sua rápida expansão na cidade, a partir da atuação de poderosos grupos econômicos envolvidos, inaugura um período de forte concorrência com as tradicionais feiras livres. O conflito que se estabelece tem como mediador o poder público que, a partir de 1964, assume caráter ditatorial e favorável aos interesses do grande capital. Particularmente, o período que se entende entre 1968 e 1979 verifica uma política de retração das feiras livres cariocas, comprometendo seu desempenho e modificando radicalmente sua distribuição espacial, assumindo novo significado na economia urbana.

Nosso objetivo básico é compreender e dimensionar este processo de reestruturação das feiras livres, considerando sua articulação com o sistema de abastecimento e o advento dos supermercados, dentro de um determinado contexto político, econômico e cultural.

## ABSTRACT

The urban fair (feira livre) has an important role on the food provision of the city of Rio de Janeiro. Its formal beginings is in the early twenty century when through a process of diffusion became ubiquitous all over the city. It is a kind of periodic market with many characteristics of the so-called lower circuit.

Since the 1960's the urban fair was submitted to a strong competition with the supermarkets. The result was a diminution of the number of urban fairs and also a change of the location pattern, specially between 1968 and 1979.

The purpose of this dissertation is to throw light in the process of restructuration of urban fairs, considering its articulation with other activities.